



**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais**

**A participação militar em Operações de Paz sob a égide da Organização
das Nações Unidas como instrumento da Política Externa Brasileira**

Caio Guilherme de Souza Abreu

**Artigo apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em Relações
Internacionais.**

Orientador: Prof Dr Juliano da Silva Cortinhas.

Brasília-DF

2020

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a participação militar em Operações de Paz (Op Paz) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) como instrumento da Política Externa Brasileira (PEB). Para tanto, inicia-se realizando um apanhado histórico e conceitual acerca dos conflitos armados no mundo e da temática de Segurança Internacional. Em seguida, apresenta-se o sistema de governança global para a segurança centrado na ONU, sua organização, evolução de concepções e desafios recentes e atuais. Na sequência, discorre-se sobre a participação militar brasileira nas Op Paz da ONU, apresentando o histórico, base legal para desdobramento de tropas no exterior e resultados obtidos. Posteriormente, analisa-se como a participação militar em Op Paz contribui para a PEB. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo o Estado como objeto referente (nível de análise). Conclui-se que a participação militar brasileira é, de fato, um instrumento efetivo para a projeção do país no cenário internacional, permitindo estar presente nos principais fóruns de discussão do mundo, projetando poder e aumentando a sua capacidade de influenciar decisões de impacto global ou regional, ao mesmo tempo em que demonstra o firme compromisso do Brasil com obrigações internacionais, favorecendo o atingimento dos objetivos e interesses nacionais.

Palavras-chave: Operações de Paz, Política Externa Brasileira, Segurança Internacional.

ABSTRACT

This article aims to examine military participation in United Nations (UN) Peacekeeping Operations (Peace Ops) as an instrument of Brazilian Foreign Policy (BFP). To this end, it begins by carrying out a historical and conceptual overview of armed conflicts throughout the world and of the International Security subject. Next, the global governance system for security guided by the UN is presented along with its organization, evolution of concepts and recent and current challenges, followed by the discussion of the Brazilian military participation in UN Peace Ops, presenting history, legal basis for deploying troops abroad and results achieved. Finally, it is analyzed how military participation in Peace Ops contributes to BFP. This is a bibliographic and documentary research, with the State as the object of reference (level of analysis). It concludes that the Brazilian military participation is indeed an effective instrument for the country's projection in the international scenario, allowing it to attend the world's main discussion forums, which demonstrates power and increases its capacity to influence decisions of global or regional impact, while showing Brazil's firm commitment to international obligations, helping the achievement of national goals and interests.

Keywords: Peace Operations, Brazilian Foreign Policy, International Security.

1 INTRODUÇÃO

Conflitos e segurança sempre foram assuntos recorrentes nos estudos de História e de Relações Internacionais. Guerra e paz são termos de grande relevância ao se buscar explicações sobre o movimento de políticas interna e externa dos Estados e suas ações e posicionamentos ante aos riscos e ameaças.

O século XX foi o período mais violento da história, com conflitos que levaram à morte de um número de pessoas três vezes maior que todos os séculos anteriores juntos (UOL, 2005). Na sua segunda década, testemunhou a 1ª Guerra Mundial (1ª GM) e, anos mais tarde, viu o ápice da brutalidade humana no maior conflito armado de todos os tempos: a 2ª Guerra Mundial (2ª GM). Encerrou-se com uma infinidade de conflitos intraestatais. Este conjunto de guerras redesenhou o sistema internacional.

Não alheios a esses cenários, proliferaram-se os estudos do campo das Relações Internacionais que tratavam especificamente do tema “Segurança Internacional”, atribuindo-lhe as mais diversas definições conceituais e analisando-o sob diferentes perspectivas e níveis, iniciando pelo Internacionalismo Liberal, logo após a 1ª GM.

Importa salientar que os estudos das Relações Internacionais têm por objetivo apresentar um modelo teórico que tente explicar os movimentos realizados pelos variados atores do Sistema Internacional em um determinado contexto. Infere-se, portanto, que as teorias desenvolvidas ao longo da história relacionavam-se à evolução dos acontecimentos em períodos específicos.

Como exemplo, podemos citar os estudos de importantes pensadores como Maquiavel e Hobbes, cujos pressupostos teóricos procuravam compreender o período de formação dos Estados Nacionais, durante o Absolutismo. No campo das relações entre as nações, desenvolveram conhecimentos que justificavam a importância do poder centrado no Monarca e da necessidade de sobrevivência do Estado frente a um sistema internacional anárquico. No século XX, foram as bases que fomentaram o pensamento realista, corrente que se contrapunha ao idealismo presente nos fundamentos do Internacionalismo Liberal do entreguerras (JATOBÁ, 2013, p. 21).

O Realismo foi central no estudo dos conflitos durante a maior parte do Século XX. Prevaleceu uma análise da Segurança Internacional que tinha o Estado como objeto referente, as ações político-militares como base e a manutenção das Soberanias como

objetivo primeiro de cada nação frente ao sistema internacional anárquico, o que se aplicou muito bem para o contexto da Guerra Fria, com a disputa geopolítica e ideológica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Ao final da Guerra Fria, uma infinidade de conflitos passou a ocorrer em países de menor expressão, que deixaram de ser tutelados pelas duas grandes potências e que buscavam a sua autodeterminação e independência. Grupos étnicos entravam em choque e o mundo desenvolvido buscava uma solução para este problema que apresentava riscos ao equilíbrio do sistema internacional e às relações de comércio, principalmente em razão da rede de interdependência já estabelecida no momento.

Assim, surgiram estudos que criticavam a percepção realista do concerto das nações, nos quais se buscou ampliar o rol de assuntos que se relacionavam diretamente com a Segurança, como, por exemplo, aspectos econômicos e psicossociais. Além disso, procurou-se aprofundar o debate, mudando-se o nível de análise (outrora centrado nos Estados) para os indivíduos e o sistema internacional em si. Passou-se a discutir, também, a própria definição do termo *segurança*, uma vez que questões ambientais e de segurança humana e coletiva passaram a ser abordados, tendo os cidadãos ou a própria comunidade internacional como provocadores e vítimas da violência.

Muito embora os estudos mais recentes, construtivistas, divirjam dos pressupostos realistas que imperaram no debate durante o século XX, é consenso que a questão da Segurança Internacional e a contribuição de cada Estado para alcançá-la sejam chaves para a relação entre as nações nos dias atuais, independentemente do nível de análise e das nuances de cada perspectiva.

Pode-se observar que a insegurança surgida em regiões periféricas, após a Guerra Fria, tem causado reflexos em todo o sistema internacional. É fundamental a sinergia entre as nações no sentido de que sejam adotadas medidas para solucioná-la, alcançar a paz estável.

O conjunto de regras estabelecidas entre as nações no sentido de se promover a paz e a segurança internacionais define o regime de segurança internacional. Nesse contexto, destaca-se a participação da Organização das Nações Unidas como principal ator e coordenador.

Órgão multilateral com 193 países membros, a ONU tem por objetivo orientar e

promover o desenvolvimento do mundo e a solução pacífica para os conflitos. Fundada por meio da Carta de São Francisco, de 26 de junho de 1945 e que entrou em vigor quatro meses mais tarde, tem suas raízes na Liga das Nações, organização criada por ocasião do fim da 1ª Guerra Mundial (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020)

Para o cumprimento das atribuições acordadas no seu texto fundador, a ONU se organiza em: Secretariado, Assembleia Geral, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça, Conselho Econômico e Social e Conselho de Segurança (CS). Este último possui a missão específica de promover a paz e garantir a segurança internacional.

Dada a grandeza da ONU para o concerto das nações e, especificamente, para o regime de segurança internacional, pode-se afirmar que existe um sistema de governança global para a segurança centrado nessa organização, que já coordenou inúmeras ações ao longo da sua existência em todo o mundo, dentre as quais destacaremos as Operações de Paz (Op Paz), que serão objetos deste estudo.

O conceito de Operações de Paz engloba o conjunto de atividades e tarefas multidimensionais e em um ambiente interagências voltadas para a promoção, imposição, manutenção, construção e/ou consolidação da paz. Até os dias atuais, desencadearam-se mais de 70 missões deste tipo, com diferentes níveis de complexidade e violência a serem gerenciados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020)

O Brasil, membro fundador da ONU, contribui com tropas para as Op Paz desde a década de 1950, quando enviou um Batalhão para participar da observação do acordo de cessar-fogo no Suez. Desde então, tem enviado observadores militares, integrantes de Estado-Maior, unidades formadas e civis, além de ter chefiado Componentes Militares Multinacionais em 3 oportunidades (no Haiti, Líbano e República Democrática do Congo).

A definição das Op Paz que contarão com a participação militar brasileira ocorre após um longo e criterioso processo decisório que será alvo de abordagem neste estudo. Contudo, é importante antecipar que tanto as consultas formais e informais como o aceite brasileiro para essa contribuição passam pela articulação do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Portanto, devem estar devidamente alinhadas com os princípios constitucionais, com os objetivos nacionais e com a Política Externa Brasileira (PEB).

É sabido que a inserção do Brasil no cenário internacional é objetivo nacional e da PEB, de modo a permitir que o país tenha lugar e voz nos principais fóruns de decisão multilaterais. Sabe-se, também, que as participações militares em Operações de Paz são

uma oportunidade de se colocar o país em evidência e reforçar os seus compromissos com a defesa da paz, com a solução pacífica dos conflitos, de não-intervenção e de garantias dos direitos e das liberdades individuais.

Contudo, em contraposição às assertivas supramencionadas, sabe-se, também, que há necessidade de grandes esforços diplomáticos e de emprego de vultosos recursos nesse tipo de Operação. Levantaram-se, dessa forma, questionamentos acerca da efetividade desta exposição para que se atinjam os objetivos da PEB no cenário internacional.

Em face dos argumentos favoráveis e contrários, temos o seguinte problema de pesquisa: **em que medida a participação militar brasileira em Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas é um instrumento da Política Externa Brasileira?**

Este estudo pretende analisar a participação militar do Brasil em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas, destacando o seu uso como instrumento da Política Externa Brasileira. Justifica-se pelo fato desse emprego das Forças Armadas estar previsto na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e nas Diretrizes de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI) do Ministério da Defesa.

O nível de Análise das Relações Internacionais será o **Estado**, objeto referente do presente artigo, uma vez que este estudo terá, como foco, as ações políticas e os objetivos do Estado brasileiro, especificamente. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conflitos e Segurança Internacional

As pesquisas mais significativas acerca dos conflitos e da segurança internacional se referem ao período posterior ao Tratado de Paz de Vestfália (1648), o qual, de certa forma, proporcionou condições para a formação dos Estados Nacionais e, dentre outras consequências, permitiu a criação de forças armadas responsáveis por garantir as suas soberanias.

A soberania se vê representada pela capacidade do Estado manter a sua liberdade e independência política em processos decisórios. É questão de sobrevivência da Nação e,

por isso, a manutenção dela reflete a própria segurança nacional, com implicações diretas sobre o povo. Dirimir riscos e ameaças trata-se, portanto, de tema prioritário na sua agenda. Habilidade e poder de emprego das suas forças armadas, do serviço diplomático, da inteligência, do poder econômico e da capacidade de influenciar culturalmente são instrumentos para alcançar este objetivo (VILLA e BRAGA, 2018).

Da *Paz de Vestfália* até o final do século XIX, predominaram conflitos entre forças regulares que se caracterizaram pela utilização preponderante do princípio de guerra da massa, com a concentração de meios sobre o ponto mais favorável do inimigo, de modo a se conferir vantagem considerável ao atacante (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013). Esta forma de combate encontra-se perfeitamente representada nas Guerras Napoleônicas e definem a 1ª geração dos conflitos (PINHEIRO, 2007).

Já no início do século XX, os conflitos evoluíram em forma e meios empregados. Na 1ª Guerra Mundial, observa-se a utilização intensiva das armas de fogo, caracterizando a 2ª geração dos conflitos. (PINHEIRO, 2007).

Imediatamente após a 2ª GM, iniciou-se o período conhecido como “Guerra Fria”, caracterizado por intensa corrida armamentista combinada com disputas geopolíticas e ideológicas e o estabelecimento de alianças lideradas pelas duas superpotências político-militares, tecnológicas e nucleares existentes, EUA (por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte) e URSS (com o Pacto de Varsóvia) (VILLA e BRAGA, 2018). A principal ameaça à sobrevivência dos Estados era um conflito interestatal, que tinha potencial para ser de grandes proporções.

Com o avanço da Guerra Fria, intensificando-se na sua fase final, surgiu a 4ª e atual geração dos conflitos. Para PINHEIRO (2007), diferentemente das gerações anteriores, representadas por guerras interestatais combatidas por forças armadas regulares (na sua quase totalidade), podemos caracterizá-la da seguinte maneira:

“A 4ª geração resulta de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial. Junto aos Estados Nacionais, aparecem, como novos atores protagonistas, organizações não-estatais armadas, forças irregulares de diferentes matizes: separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outras, cuja principal forma de atuação se baseia nas táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular.” (PINHEIRO, 2007, p. 17)

A guerra irregular é conduzida por meio da utilização de técnicas, táticas e procedimentos que se valem, basicamente, da subversão, da guerrilha e do terrorismo. É travada entre as forças irregulares, em conflitos assimétricos, e as forças regulares estatais

incontestavelmente superiores.

Esta geração de conflitos começou a se propagar, de maneira mais incidente, na fase final da Guerra Fria. Como exemplo, PINHEIRO (2007) cita o conflito nos Balcãs, a Primeira Intifada e Segunda Guerra do Líbano. EUA (no Vietnã, Líbano e Somália), França (na Indochina) e Rússia (no Afeganistão) foram derrotados ao combater forças irregulares.

Conflitos entre comunidades, identidades nacionais e subnacionais foram os mais disseminados no pós-guerra fria. Verifica-se que os Estados falidos são os mais propensos a desencadeá-los (CERVO, 2007), o que passou a ocorrer com maior frequência conforme diminuía a tutela das grandes potências sobre eles.

Atualmente, o terrorismo transnacional é uma das principais ameaças à paz e à segurança internacionais. Forças irregulares de grupos terroristas são dotadas de equipamentos de guerra convencional, com grande tecnologia agregada, armas químicas, biológicas e nucleares e tendem a aumentar o alcance das suas ações (IPEA, 2015).

Esta estrutura é mantida por meio de ligações multiníveis típicas do mundo globalizado, que permitiram ampliação das capacidades das forças irregulares por meio do estabelecimento de uma rede de relacionamento considerável com o crime organizado, principalmente para o tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e prestação de serviços de treinamento militar de combate não-convencional (PINHEIRO, 2007).

Já no século XXI, os sucessos pontuais de tais forças irregulares, iniciados pelos ataques terroristas ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, provocaram a propagação acelerada de grupos similares em todo o mundo (propaganda da vitória como atrativo idealista para o alistamento de jovens combatentes).

Vale dizer que esses agentes do terrorismo atuam, em grande medida, à margem do respeito ao Direito Internacional. Exploram os aspectos psicológicos dos conflitos, enviando mensagens constantes de ideias-força a audiências-alvo (população em apoio, população indecisa ou o invasor), valendo-se da vasta rede de comunicações e da mídia do mundo globalizado. Empregam a violência quando necessário, muitas das vezes fazendo vítimas de maneira indiscriminada para atingir os seus objetivos político-ideológicos. Como atuam, em geral, descaracterizados (sem o uso de uniforme específico), misturam-se facilmente à população civil não-combatente (PINHEIRO, 2007).

Por outro lado, as forças regulares, ao se submeterem às regras internacionais, têm o seu poder de atuação limitado. Provocam, assim, um efeito assimétrico reverso, uma vez

que as forças irregulares têm total liberdade de ação por não respeitar quaisquer dispositivos legais (FRIEDE, 2011).

Ressalta-se que, com a exploração das redes de comunicações e da mídia, os insucessos das tropas convencionais, ainda que no nível tático, provocavam resultados desastrosos nos níveis político e estratégico (PINHEIRO, 2007), gerando forte pressão nacional e internacional pela obtenção de resultados difíceis e imediatos.

Mack (2016) traz à discussão as consequências que problemas de segurança interna e externa em países subdesenvolvidos podem trazer para a segurança doméstica das grandes potências. Esse problema deu luz ao "ativismo de segurança", sob o manto do qual diversos atores, ao redor do globo, passaram a empreender esforços no sentido de se reduzir mortes em guerras civis e a se promoverem os direitos humanos (MACK, 2016, p. 97).

Destacaram-se, no ativismo de segurança, especialmente no pós-guerra fria, as iniciativas para a criação de grupos que, atuando conjuntamente, convergiam esforços visando a solução de conflitos, explorando as capacidades de cada um. Eram formados por Estados, instituições, organismos internacionais e organizações não-governamentais que, cada qual à sua maneira, contribuíam para o alcance do objetivo-fim: paz e estabilidade (MACK, 2016).

Vale ressaltar que o surgimento do ativismo de segurança no pós-guerra fria não só contribuiu pela vontade política dos atores, mas também pela destinação de vultosos recursos e pela implementação de ações práticas para promover a paz, como as Operações de Paz desenvolvidas tanto pela ONU como pelos "*friend groups*" ou "*contact groups*" formados com essa finalidade (MACK, 2016, p. 98). Além da divisão das tarefas, essa estratégia representava uma distribuição de custos do esforço. Criava, ainda, um ambiente favorável para o aperfeiçoamento de estratégias para a solução pacífica de conflitos armados de diferentes matizes (MACK, 2016).

Projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015) sobre as tendências geopolíticas até 2030 aponta para a incerteza acerca da Segurança internacional nos próximos anos. Estudo similar do MD projeta que a África, a Ásia e o Oriente Médio continuarão concentrando relações instáveis, mas acredita que haverá um aumento no número de democracias no mundo, o que provavelmente resultaria numa maior quantidade de soluções pacíficas para controvérsias (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Diante do exposto à respeito da evolução da situação atual dos estudos e da

Segurança Internacional em si, observa-se, como prováveis ameaças, a ocorrência de conflitos armados (ainda que intraestatais), do terrorismo (como principal indicativo de deterioração da paz) (IPEA, 2015), e o incremento do narcotráfico e do crime organizado, apresentando consequências a todo o mundo globalizado. Dessa maneira, cresce em importância o desenvolvimento de um sistema de governança global para a segurança.

A seguir, portanto, abordaremos o papel das Operações de Paz sob a égide da ONU no sistema de governança global para a segurança.

2.2 O Sistema de governança global para segurança centrado na ONU

Como visto, *Segurança Internacional* é um tema deveras complexo e transversal, permitindo a abordagem por diversas perspectivas e níveis de análise. Visando ser mais objetivo, este estudo ficará restrito ao papel das Operações de Paz da ONU, principal organismo internacional multilateral e criado com a finalidade precípua de garantir a paz e a segurança mundiais.

Nessa perspectiva, a organização tem se moldado aos contextos nos quais se inserem os principais debates acerca da temática de Segurança Internacional ao longo da sua História. Procura-se adaptar, com rapidez, às novas demandas relacionadas com o aperfeiçoamento do seu processo de planejamento, preparação e condução de Operações de Paz, de modo a se obter maior eficiência com menor emprego de recursos financeiros.

Nas décadas de 1920 e 1930, a Liga das Nações já conduzia ações similares, mas foi após a 2ª GM e devido à falta de consenso entre os membros permanentes do CS acerca das demandas contidas na Carta das Nações Unidas sobre a segurança coletiva que surgiu o embrião das Op Paz dentro da ONU (BRAGA e BIGATÃO, 2018)

Com o passar do tempo e com a evolução das características das Op Paz, surgiram várias formas de classificá-las e descrevê-las, seja quanto aos objetivos do mandato, quanto ao sujeito que o autoriza ou baseadas em documentos oriundos de reuniões realizadas na ONU, entre outras. Para este estudo, utilizaremos as classificações empregadas pelo Manual de Operações de Paz, do Ministério da Defesa, porquanto o objeto referente da pesquisa é o Estado brasileiro.

De 1948 até o fim da guerra fria, a ONU atuou de maneira tímida na solução de conflitos, enviando observadores militares para a atuação em atividades mais elementares,

como a verificação do cumprimento de acordos de paz e de cessar-fogo e para facilitar o diálogo entre as partes beligerantes. Os militares enviados eram empregados, de modo geral, desarmados. Era a 1ª geração desse tipo de missão, que pode ser classificada como de efetividade questionável e é conhecida como “Manutenção da Paz Tradicional” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017, p. 2-8). Seus idealizadores foram Dag Hammarskjöld, ex-secretário-geral da ONU, e Lester Pearson, embaixador canadense, que acreditavam que a ONU poderia exercer papel relevante na manutenção da paz e na segurança internacional, mesmo durante a Guerra Fria (BRAGA e BIGATÃO, 2018, p. 670).

Após a Guerra Fria e com a mudança do eixo de conflitos para os países subdesenvolvidos, a ONU foi instada a rever a sua forma de atuação e a aperfeiçoar os seus métodos. Surge, então, o conceito de *peacekeeping*, fase de transição da forma de atuação em missões de paz (MACK, 2016, p. 98). Nesse contexto, a ONU passa a enviar numerosos efetivos de tropas militares para atuar na segurança de áreas em conflito, objetivando a busca por um ambiente seguro que permitisse a negociação da paz em melhores condições.

Ocorre que esse novo modelo era centrado no emprego da força militar, que atuava somente em um dos campos do complexo cenário que origina um conflito armado. Além disso, os fracassos das missões em Ruanda, na Bósnia e na Somália trouxeram um sem número de críticas à ONU. O Secretário-Geral da ONU resolveu, então, solicitar estudos que culminaram com a elaboração de um relatório que apresentasse um mapeamento geral dos processos que envolviam as Op Paz, bem como oportunidades de melhoria realistas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017). O documento final ficou conhecido como Relatório Brahimi (*Report of the Panel on United Nations Peace Operations*), de 13 de novembro de 2000, que recomendava a expedição de Mandatos (pelo CS) claros e viáveis, a atualização das tarefas necessárias para se alcançar um ambiente seguro e estável e destacou a importância do desenvolvimento da infraestrutura local e da transição política dos Estados em conflito (PECEQUILO, 2012).

Passa-se, então, a enxergar os métodos a serem utilizados de uma maneira mais ampla, com estudos acerca das áreas política, econômica e psicossocial, dando origem à 3ª geração das Operações de Paz da ONU: o *peacebuilding* (MACK, 2016, p. 98). Construir a paz passa a ser encarado como algo muito além de se alcançar bons indicadores de segurança. A atuação em diversos campos, com emprego de pessoal civil paralelamente ao emprego de tropas militares, em um ambiente interagências, é enxergada como

fundamental para a promoção da paz e da estabilidade (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017).

As Operações de Paz, no conceito de *peacebuilding*, passam a ser multidimensionais, com a atuação de diversos atores integrantes do já citado ativismo de segurança (MACK, 2016). O objetivo não é mais somente militar, mas possui uma dimensão humana significativa, com foco no respeito à dignidade da pessoa, às raças, crenças e gêneros (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017). Além dos objetivos anteriormente previstos, há um aumento dos esforços de caráter humanitário, de consolidação da paz no pós-conflito e na sustentabilidade dos processos de construção da paz (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Em 2008, outro relatório foi elaborado devido à resistência encontrada para a implementação das recomendações contidas no Relatório Brahimi e à necessidade de maiores reformas: a Doutrina Capstone. Posteriormente, em 2009, a Agenda *New Horizon* complementou os estudos realizados pelos relatórios anteriores, identificando um *gap* entre a complexidade do processo de construção da paz e as capacidades existentes na concepção das missões. Recomendou reforços nas áreas de prevenção, coordenação das Op Paz, de gerenciamento de crises (PECEQUILO, 2012) e desenvolveu o conceito de “Operação de Paz Robusta” (BRAGA e BIGATÃO, 2018, p. 673).

A Operação de Paz Robusta é uma evolução dentro do próprio *peacebuilding*, com o estabelecimento dos papéis nesse contexto multidimensional e uma definição clara de regras de engajamento próprias. Visa-se, assim, o alcance dos objetivos com o mínimo de danos colaterais, promovendo a proteção de civis nas áreas de atuação que as missões sob a égide da ONU hoje se encontram, autorizando o uso da força de modo mais intenso com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, caso seja necessário (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017), e fortalecendo a capacidade de resposta dos *peacekeepers* a grupos contrários à paz. A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) é um exemplo (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Os objetivos atuais das Op Paz são, em geral, os seguintes: a estabilização das condições de segurança, a proteção a civis, o apoio à assistência humanitária, a organização de pleitos eleitorais, a assistência ao desenvolvimento político-institucional, o engajamento em reformas do setor de segurança e a condução de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos combatentes (BRAGA e BIGATÃO, 2018). Seu caráter multidimensional exige habilidade de coordenação da ONU, tanto entre as suas

agências como de outros atores não-estatais que contribuam com o esforço.

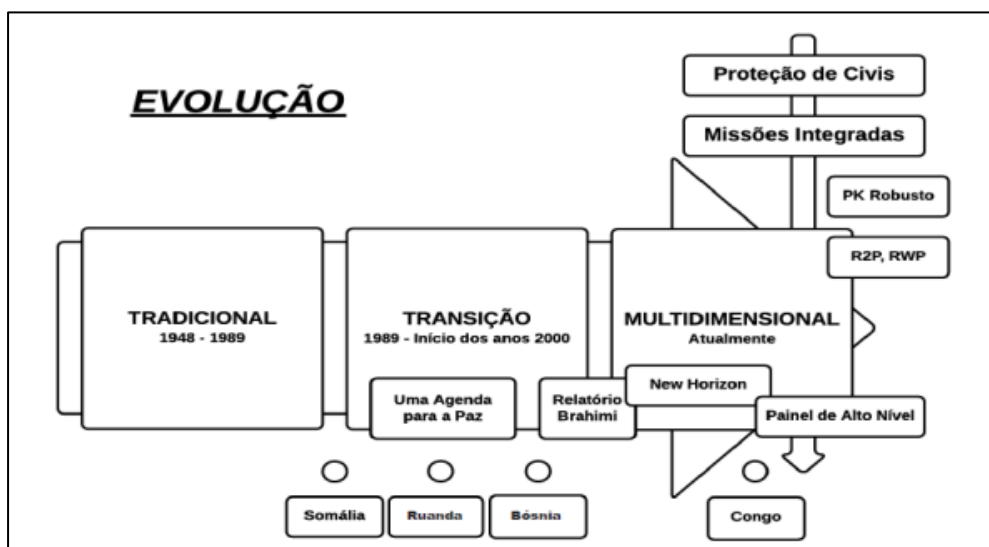


Figura 1 – Evolução das Operações de Paz da ONU.
Fonte: Exército Brasileiro (2017).

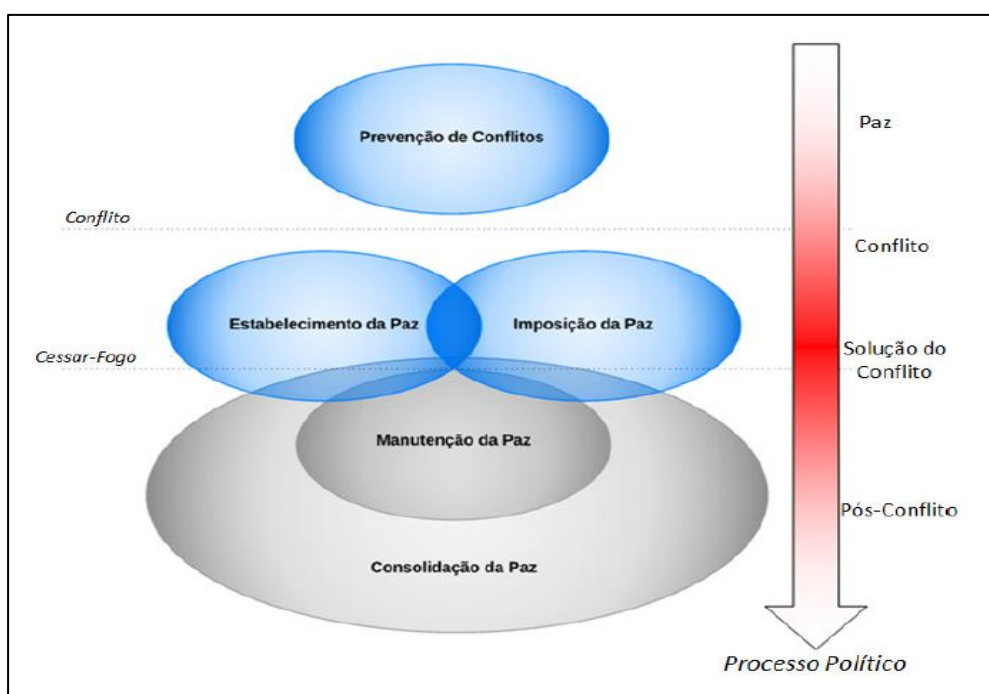


Figura 2 – Espectro das atividades de paz e segurança.
Fonte: Exército Brasileiro (2017).

Em 2001, a Cúpula Mundial da ONU, anunciada no ano anterior, apresentou relatório versando sobre o controverso conceito de *Responsabilidade de Proteger*, concluindo que os Estados têm a responsabilidade de proteger os seus cidadãos e, caso não o façam por falta de capacidade ou omissão, essa atribuição deverá recair sobre a

comunidade internacional (MATIJASCIC, 2018) O ponto de discussão é que, originalmente, o consentimento entre as partes era condição *sine qua non* para a realização de uma Op Paz. Essa abordagem mais flexível encontra resistência no sentido de que abre margens para a interferência externa no poder soberano de cada Estado para decidir sobre o que será realizado no seu território (BRAGA e BIGATÃO, 2018), embora o Direito Internacional o entenda como legítimo, principalmente considerando o contexto da geração atual dos conflitos e a necessidade de combater graves violações aos Direitos Humanos (BIERRENBACH, 2011).

Em contraposição ao R2P, existe outra corrente mais cautelosa, de iniciativa brasileira, da *Responsabilidade ao Proteger* (*Responsability while protecting* – RWP), focada em medidas de prevenção aos conflitos. A preocupação do Brasil era a possibilidade de interferência da ONU em Estados por outros motivos que não o da proteção de pessoas, mas sob o manto da R2P. Os debates acerca da proposta não prosperaram.

Importa salientar que cada Operação de Paz sob a égide da ONU passa por um processo decisório complexo, iniciado no âmbito do seu Conselho de Segurança, o “guardião da paz mundial” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 19).

O CS somente debate questões de segurança, podendo ser instado a se reunir em qualquer tempo. Todos os países-membros são obrigados a acatar as suas decisões, conforme prescreve o artigo 25 da Carta da ONU, e podem alertar sobre disputas ou ameaças à paz mundial. É formado por 5 membros permanentes (EUA, Rússia, Reino Unido, França e China) e 10 temporários, eleitos como representantes regionais para um mandato de 2 anos. Nos debates e votações, cada país integrante do CS tem direito a um voto (Art 23) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Para aprovação de determinado tema no CS, como as Op Paz, são necessários, no mínimo, 9 votos, sendo que os membros permanentes têm direito a vetar qualquer dispositivo (Art 27) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Nenhum capítulo da Carta da ONU cita expressamente o termo *Operações de Paz*, mas a sua realização decorre da aplicação dos princípios e fundamentos que basearam a própria criação da organização, além dos Capítulos VI (resolução pacífica de disputas), VII (ações relativas à paz, desrespeito à paz e atos de agressão) e VIII (acorda o envolvimento dos arranjos regionais e agências na manutenção da paz e segurança) do dispositivo regulador da organização, dos quais se depreende esta responsabilidade.

O CS autoriza e concede os documentos normativos para as Operações de Paz sob a égide da ONU. Embora existam, ainda, outros documentos específicos para cada ramo das Op Paz (que não serão objetos deste estudo), os principais estão descritos no quadro abaixo:

Documento	Finalidade
Mandato da missão (<i>Mission's Mandate</i>)	Resolução do CS, contém fundamentos e objetivos a atingir. Tem a duração aproximada de 1 ano, podendo ser renovado.
Acordos sobre o status da força (<i>Status of force agreement - SOFA</i>)	Autorizações administrativas a serem concedidas pelos países que receberão as Operações de Paz para viabilizarem a execução, como o porte de armas e liberdade de culto religioso.
Diretrizes para uma Operação de Paz (<i>Guidelines</i>)	Apanhado de documentos, informações e orientações acerca da organização, fundamentos e objetivos do mandato.
Memorando de entendimento (<i>Memorandum of understanding – MOU</i>)	Acertos administrativos entre os países contribuintes e a ONU, como a definição sobre a responsabilidade sobre custos e gerenciamento de atividades.
Carta de assistência (<i>Letter of assistance</i>)	Para outros pedidos inopinados além dos constantes no MOU.

Quadro 1 – Documentos normativos das Operações de Paz.

Fonte: adaptado de Exército Brasileiro (2017).

Observa-se, portanto, uma vertente importante de atuação do CS para a Segurança Internacional. Não por acaso, há um movimento de países objetivando a sua reforma para fortalecer as instituições e mecanismos de governança global. O documento final da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação, realizada pela ONU em Túnis, no ano de 2005, apresentou o comprometimento de líderes internacionais com esse fim (THUDIUM e OTAVIO, 2018).

Outro ponto importante a se destacar é que, embora a autorização para a realização das Op Paz seja do CS, a responsabilidade geral por elas é do Secretário-Geral da ONU, que a delega a um Subsecretário-Geral, o Diretor do Departamento de Operações de Paz (*Department of Peacekeeping Operations – DPKO*). Além deste, é destacado um Representante Especial do Secretário-Geral da ONU (*Special Representative of the Secretary-General – SRSG*) para chefiar cada missão especificamente.

Considerando que cada Op Paz possui características e mandatos próprios, sua organização também pode ser diferente para cada caso. Contudo, segue, basicamente, o exemplo da estrutura do organograma abaixo, utilizada na Missão das Nações Unidas para

o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), de 1991:



Figura 3 – Estrutura organizacional da MINURSO.

Fonte: BRASIL (2017)

Os integrantes do Componente Militar são os capacetes azuis (*peacekeepers*), oriundos dos Países Contribuintes de Tropa (*Troop Contributing Country – TCC*). Os Estados-membros podem designar pessoal e recursos para servirem sob a autoridade do Secretário-Geral da ONU e controle operacional do Chefe do Componente Militar (*Force Commander*), inclusive militares não integrantes das tropas e que estejam cumprindo missões individuais especializadas ou atuando como Observadores Militares da ONU (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Os recursos para as Op Paz não fazem parte do orçamento regular da organização que todos os membros da ONU são obrigados a contribuir financeiramente, proporcionalmente aos poder econômico de cada um (artigo 17 da Carta da ONU). Instituições Financeiras e fundações de apoio humanitário também contribuem, mediante depósito em conta especial criada para esse fim. Ressalta-se que os gastos com esse tipo de missão, estimados em 7 bilhões de dólares (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020), corresponderam a menos de 0,5% dos gastos militares nos primeiros 5 anos do século XXI (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Insta ressaltar que, embora correspondam a mais da metade das Op Paz realizadas atualmente (entre 2006 e 2015, foram 68 de 125 missões), não só a ONU as conduz. Outras missões foram executadas, com ou sem o consentimento da ONU, por órgãos multilaterais regionais e multinacionais. Ainda assim, a organização mantém papel central no

desenvolvimento e articulação das Op Paz no mundo, principalmente pelo fato de ter mais poder e legitimidade para este tipo de ação (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Na última década, observou-se o número crescente de ações dessa natureza realizadas de maneira integrada entre a ONU e outros interessados (operações híbridas). Entende-se que essa tendência seja resultado da busca por atender, pontualmente, aos interesses geoestratégicos dos Estados-membros que, inclusive, têm reduzido, a partir de 2001, os seus recursos destinados à ONU, realocando-os para Operações mais vantajosas. (BRAGA e BIGATÃO, 2018). Isso porque se observou um processo de regionalização dos sistemas de segurança no pós-guerra fria, justamente por se ligarem diretamente aos interesses dos Estados (CERVO, 2007).

Além desse, o sistema de governança global para a segurança centrado na ONU está envolto por uma série de desafios e sujeito a críticas sobre a dimensão, viabilidade e eficácia das Op Paz, tendo sido cobrado por melhor performance pela comunidade internacional (PECEQUILO, 2012). A política multilateral apresentou resultados insatisfatórios e notórios fracassos na prevenção de conflitos e em grandes missões, em especial na Bósnia, em Ruanda e na Somália (CERVO, 2007). Nesta última, a divulgação na mídia internacional de imagens de crianças famintas e, depois, de soldados norte-americanos sendo arrastados pela população enfurecida resultou no encerramento prematuro das operações e foi um duro golpe para a organização, criticada, também, pela lentidão burocrática para a apresentação de respostas a graves problemas (PINHEIRO, 2007).

A principal dificuldade reside na coordenação dos diversos atores no ambiente interagências que o ativismo de segurança gerou, oriundos de todas as partes do mundo e com formas de atuação, recursos e objetivos próprios. Obviamente que esta característica é oriunda do sistema anárquico, que fundamenta a própria estrutura da organização (MACK, 2016).

A fiscalização da organização por parte das grandes potências acabava restrita aos seus próprios interesses (CERVO, 2007). Também era notório que os integrantes da ONU tinham pouca expertise diplomática e que as demais instituições pouco conheciam em termos de políticas de segurança. Por isso, ao longo dos anos, tem-se procurado elaborar políticas e criar órgãos que promovam uma melhoria na efetividade, celeridade na tomada de decisões e diminuição de eventuais conflitos internos entre atores. A busca pelo

entendimento é, ainda, o maior desafio (MACK, 2016).

As diversas agências também questionavam a transparência da ONU no emprego dos vultosos recursos, além de cobrarem resultados baseados em estudos estatísticos. Isso continua sendo um grande empecilho para a organização, visto que a coleta de dados por ela mesma é extremamente caro para a finalidade a que se destina. Além disso, quando a organização se baseava em indicadores apresentados pelos governos locais, não se tinha credibilidade alguma, pois estavam totalmente maquiados para não se causar transtornos políticos internos para os líderes desses países (MACK, 2016).

Questionou-se, ainda, sobre os rumos do sistema de governança para a segurança centrado na ONU com o recente aumento dos conflitos de 4ª geração (PINHEIRO, 2007), frutos do advento de grupos terroristas, em especial de radicais islâmicos, e do consequente aumento das Op Paz no pós-guerra fria para solucionar conflitos internos (CERVO, 2007). Tal interpelação fez-se necessária pelo fato de a ONU parecer incapaz de conduzir negociações para a paz quando uma das partes se recusa a negociá-la (MACK, 2016).

Contudo, é baixa a projeção de sucesso dos principais grupos terroristas para os próximos anos, principalmente devido às dificuldades relacionadas à logística, ao financiamento e à capacidade de recrutamento, como consequência de insucessos recentes e da incapacidade que possuem de se manter ao longo do tempo. Imagina-se que a tendência é que mesmo os grupos que refutaram a ideia de negociar a paz no passado recente repensem essa atitude num futuro próximo, momento no qual o sistema de governança global para a segurança centrado na ONU terá papel fundamental para se chegar a bom termo (MACK, 2016).

Entende-se, portanto, que a ONU lidera um sistema de governança global para a segurança que se moldou, com o passar dos anos, para atender a realidade presente dos conflitos, a princípio interestatais e, num segundo momento, aos intraestatais e outras ameaças, como o terrorismo, narcotráfico e o crime organizado.

A ONU é uma organização legítima, com uma estrutura bem definida e alinhada aos seus princípios fundadores. Justamente pelo seu caráter anárquico, possui dificuldades e desafios próprios da fórmula apresentada para fazer frente aos problemas, principalmente quanto a cobranças pela sua efetividade e coordenação. Contudo, os mecanismos criados para a fiscalização das suas ações tendem a reduzir os óbices para permitir o alcance dos seus objetivos.

Por fim, vale ressaltar que o orçamento empregado nas Operações de Paz da ONU é baixo quando comparado aos gastos com defesa no mundo. Além disso, a tendência ao fomento de operações híbridas (com a participação de outros organismos multilaterais) pode reduzir ainda mais os custos, bem como atender a demandas pontuais de interesses geopolíticos dos seus Estados-membros.

2.3 A participação militar brasileira em Operações de Paz

O compromisso brasileiro com a participação em Operações de Paz se depreende do artigo 4º da Constituição Federal, no que se refere aos princípios constitucionais fundamentais de defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988). O prisma do engajamento brasileiro em Op Paz é atingir os Objetivos Nacionais e projetar o país. Representa o cumprimento de obrigações internacionais assumidas (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Para que os Objetivos Nacionais, que promovem o atingimento dos princípios supramencionados, possam ser alcançados no escopo das suas ações, o Ministério da Defesa vale-se da ferramenta de elaboração de prospecção de cenários, buscando levantar tendências de comportamento do sistema internacional, tanto globalmente, quanto a níveis regional e interno.

A partir disso, elabora-se a Política Nacional de Defesa (PND), documento que orienta todo o escopo de ações do país no que diz respeito à contraposição a ameaças. Possui, em seu conteúdo, uma apresentação do papel do Estado na Segurança e Defesa, traça um panorama acerca dos ambientes internacional, regional, estratégico e interno, lista os 11 Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e fornece orientações gerais. A PND orienta a elaboração da END e poderia ser traduzida como *O quê fazer?* em termos de Defesa Nacional (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

A END, por sua vez, é o *Como fazer?*. Inicia com uma apresentação de sua formulação sistemática, na qual dispõe sobre as mais variadas vertentes da Defesa Nacional, como a capacidade de formar recursos humanos para a mobilização nacional, por meio do serviço militar obrigatório, por exemplo. Dispõe, ainda, sobre os seus eixos estruturantes e apresenta os Objetivos Estratégicos de Defesa (10 para a Marinha, 11 para o Exército e 5 para a Aeronáutica).

Em um segundo momento, a END apresenta medidas para a sua implementação, inicialmente com foco na aplicação da estratégia e, por fim, nas ações estratégicas a serem adotadas. A END baliza a elaboração, por exemplo, dos Planos Estratégicos de cada Força Armada, embora não se limite a abordar somente o papel da Marinha, Exército e Aeronáutica, empreendendo grande esforço no que diz respeito à Base Industrial de Defesa e à execução das ações em contribuição ao desenvolvimento nacional.

A PND trabalha, também, complementando a Política Externa Brasileira, caracterizada pelo conjunto de ações pelo qual o Estado Brasileiro se insere e interage no cenário internacional. No seu conteúdo, reconhece-se a necessidade **de aumento do Poder Nacional, do reforço ao multilateralismo e da inserção internacional brasileira**, buscando voz ativa nos principais fóruns mundiais. Dessa forma, deduz-se a necessidade de estímulo à Cooperação Internacional e de incremento da Defesa Nacional.

Dentro dos OND, podemos destacar:

“TV – Contribuir para a estabilidade regional;
V – Contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
VI – Intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 29-30, grifo nosso).

Esses OND orientam diretamente a Estratégia Nacional de Defesa, especialmente as Estratégias de Defesa de números 11 (promoção da integração regional), 12 (promoção da cooperação internacional), 13 (atuação em organismos internacionais) e 14 (atuação com base no multilateralismo).

Analisando-se os cenários prospectivos e à luz dos OND, são estabelecidos objetivos para a atuação internacional do Brasil para ações no âmbito da Defesa, que vêm explicitamente previstos na Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI), quais sejam (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013):

“3. OBJETIVOS:
a) sistematizar o planejamento e a condução de atividades internacionais, no âmbito da Defesa;
b) ampliar a sinergia entre a Política de Defesa e a Política Externa;
c) facilitar a consecução dos objetivos e interesses da Defesa no relacionamento internacional do Brasil;
d) aprimorar a Gestão do Conhecimento de Defesa na área internacional.”
(MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, nº 3, grifo nosso)

Para atender a essas diretrizes, as Forças Armadas elaboram os seus Planos

Estratégicos, com objetivos bem definidos a serem alcançados. Alinhados às END, temos, em destaque, a participação militar brasileira em Operações de Paz, como podemos observar no previsto pelo Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019):

OEE	Estratégia	Ação estratégica
Objetivo Estratégico do Exército nº 2 – ampliar a projeção do Exército no cenário internacional	2.1 Incremento da atuação da <u>diplomacia militar</u>	2.1.1 Incrementar as medidas de <u>cooperação, integração e confiança mútua</u> com as Nações Amigas.
		2.1.3 Aumentar a participação do Exército em postos relevantes de <u>organismos internacionais</u> .
	2.2 Aumento da capacidade de <u>projeção de poder</u>	2.2.1 Promover e participar de <u>fóruns e atividades internacionais</u> de interesse do Estado Brasileiro que tenham implicações na missão do Exército.
		2.2.2 <u>Participar de missões de paz</u> e de ações de caráter humanitário (de acordo com a decisão do nível político)

Quadro 2 – Objetivos estratégicos, estratégias e ações. Adaptado do Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Fonte: o autor.

No mesmo sentido, documento intitulado Política Naval, elaborado pela Marinha do Brasil, apresenta, como Objetivo Naval, o apoio à Política Externa, devendo estar em condições de contribuir com “operações de paz e humanitárias, sob a égide da ONU ou outros organismos multilaterais, em consonância com os princípios e prioridades da política externa e de Defesa do Brasil” (MARINHA DO BRASIL, 2019, p. 30). Reforça, ainda, o estímulo à cooperação internacional para a manutenção do entorno estratégico brasileiro como uma “zona de paz, livre de perturbações político-estratégicas e de ameaças irregulares” (MARINHA DO BRASIL, 2019, p. 30).

Finalizando a apresentação das bases legais e de orientação político-estratégica para a participação em Operações de Paz, a Política Estratégico-militar da Força Aérea Brasileira 2010-2031 estabelece, como perspectiva estratégica, a possibilidade de emprego das suas tropas de Infantaria nesse tipo de missão. Cita-se, como motivos causadores, o crescimento do Terrorismo e o acirramento de relações no cenário mundial (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2010).

A definição das participações militares brasileiras em Operações de Paz passa por um complexo processo decisório que se inicia com consulta informal da ONU ao Ministério das Relações Exteriores que, por sua vez, liga-se com a Presidência da República e com os Ministérios da Defesa e da Economia para o levantamento de custos, de necessidades e de viabilidade da missão. Havendo interesse nacional, o MRE responde, informalmente, à ONU, para que o pedido seja formalizado (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Após a formalização do pedido, processo similar reinicia. Contudo, a resposta positiva somente é informada à ONU após aprovação da proposta pelo Congresso Nacional (decreto legislativo) e sanção presidencial (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013)

Importa ressaltar que o Brasil não participa de missões de imposição da paz, para não contrariar o princípio constitucional de não-intervenção. As participações brasileiras somente ocorrem mediante consentimento das partes beligerantes. Privilegiam, portanto, as ações mais alinhadas com o escopo de tarefas contempladas pelo Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

O Brasil é dotado de larga experiência no escopo das Op Paz, com as quais sempre demonstrou firme compromisso (PECEQUILO, 2012). Em 1933 e 1934, um Oficial da Marinha brasileira participou como observador militar em missão coordenada pela Liga das Nações, tendo papel fundamental na mediação do “Conflito de Letícia”, entre Colômbia e Peru. No âmbito da ONU, três militares participaram como observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas nos Balcãs (UNSCOB), entre 1947 e 1951. Em 1956/1957, o país enviou um Batalhão para fiscalizar o acordo de cessar-fogo na crise no Canal do Suez, na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) (BRAGA e BIGATÃO, 2018). Estas participações faziam parte do escopo da Manutenção da Paz Tradicional.

As principais participações brasileiras foram no pós-Guerra Fria (BRAGA e BIGATÃO, 2018), no contexto da Fase de Transição das Op Paz, tendo obtido destaque especial o envio de tropas para a Missão das Nações Unidas em Moçambique (Operações das Nações Unidas em Moçambique - ONUMOZ), na Angola (3ª Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM III) e no Timor Leste (Missão das Nações Unidas de Apoio ao Timor Leste – UNTAET – e Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste - UNMISET), oportunidades nas quais desenvolveu-se a expertise

do país para esse tipo de Operação (PECEQUILO, 2012).

Mercê do sucesso obtido, o Brasil foi contemplado com o Comando do Componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (BRAGA e BIGATÃO, 2018), aprovada pela Resolução nº 1542 do Conselho de Segurança da ONU (PECEQUILO, 2012). Essa Op Paz possuía os seguintes objetivos: manutenção de ambiente seguro e estável (campo militar) e a promoção ao estado de direito, estabilidade política e respeito aos direitos humanos (civil) (BRAGA e BIGATÃO, 2018)

Importa destacar que a MINUSTAH representou uma mudança no perfil de atuação das tropas brasileiras. Iniciou-se empregando as técnicas tradicionais de Manutenção da Paz até que se entendesse a necessidade de uso da força de maneira mais incisiva (com parte dos entendimentos alinhados ao Capítulo VII da Carta da ONU) e que era fundamental se solucionar questões políticas, humanitárias, econômicas e sociais sem as quais o uso da força seria inócuo (BRAGA e BIGATÃO, 2018)

A MINUSTAH apresentou, ainda, desafios resultantes de imponderáveis da guerra, como o terremoto que destruiu a capital Porto Príncipe quando a operação já havia alcançado resultados que indicavam, inclusive, a possibilidade do seu encerramento no curto prazo. A combinação de esforços entre os braços civil e militar representou ganho significativo de experiência tanto para o Brasil como para a própria ONU, que utilizou essa missão como um verdadeiro laboratório para a evolução das suas concepções sobre as Op Paz.

Desde 2011, o Brasil também se encontra à frente da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). As missões se resumem em contribuir para o preparo e emprego das forças navais libanesas, além de prover segurança marítima da região (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

A partir de 2013 até os dias atuais, o Brasil tem destacado um Oficial General do Exército para o Comando do Componente Militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). O primeiro Comandante brasileiro foi o General Carlos Alberto dos Santos Cruz, que, devido ao seu elevado desempenho, recebeu a atribuição de produzir relatório sobre as oportunidades de melhoria das Operações de Paz, de modo a ampliar a segurança dos *peacekeepers* e assegurar maior efetividade das ações.

Conhecido como *Cruz report*, trata-se do *Improving Security of United Nations*

Peacekeepers, elaborado em 19 de dezembro de 2017, que apresenta uma série de necessidades de adaptação para os aspectos de doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura, de modo a manter a capacidade da ONU de fazer frente às ameaças atuais à Segurança Internacional.

Até hoje, contabiliza-se cerca de 50 participações do Brasil, seja com o emprego de tropa formada, de observadores militares, integrantes de Estado-Maior (*Staff Officers*), Comandantes do Componente Militar (*Force Commanders*) ou com unidades médicas. Totalizou-se, assim, mais de 50 mil homens e mulheres das Forças Armadas brasileiras empregados nesse tipo de missão (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

No tocante à expressão militar do Poder Nacional, as Operações de Paz possibilitaram incrementos sensíveis, a saber:

a. Possibilitaram o desenvolvimento conjunto (entre as 3 Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública) da doutrina para emprego, inclusive para atuação integrada com o componente civil;

b. Permitiram o trabalho integrado entre as 3 Forças em todas as fases da missão, desde a seleção de pessoal, preparação, desdobramento logístico, emprego e reversão, fortalecendo o trabalho de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

c. Em termos de estrutura militar, permitiram a consolidação de um modelo de Batalhão Brasileiro e de uma Unidade Médica Nível II para atuação em Operações de Paz, os quais foram elevados ao nível de prontidão II do Sistema de Prontidão de Capacidades da ONU. Uma Companhia de Polícia do Exército e uma Companhia de Engenharia foram classificadas no nível I;

d. Desenvolveram os meios de comando e controle, aliando o emprego real das tropas em outro país com as novas tecnologias, que possibilitaram atingir a capacidade de consciência situacional aos Comandantes;

e. Quanto ao ensino militar, instrução, treinamento e aprestamento, permitiram que a tropa obtivesse experiência de combate suficientemente capaz de contribuir para o aprimoramento das técnicas, táticas e procedimentos em todos os níveis de Comando. Pontos fortes, lições aprendidas e oportunidades de melhoria foram trabalhados para incrementar outras dimensões da Doutrina Militar Terrestre. Foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz, pelo Exército, que depois evoluiu para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, estabelecimento de ensino de excelência, reconhecido

internacionalmente, e responsável pela preparação de militares e civis, nacionais e estrangeiros, para esse tipo de missão;

f. O grande número de militares que atuaram nas Operações de Paz contribuiu para o aumento do moral militar, resultado do orgulho de participar do processo de paz em nações amigas;

g. As Operações de Paz são formadas por forças multinacionais. Especialmente nas oportunidades em que lideraram missões, os militares brasileiros contribuíram significativamente para o aumento da cooperação internacional na área de Defesa. Ressalta-se que o Batalhão Brasileiro no Haiti, por exemplo, contou com um Pelotão do Exército do Paraguai e outro do Exército do Canadá, além de militares da Bolívia e do Peru, em missões individuais.

A seguir, apresentaremos as contribuições da participação militar do Brasil em Operações de Paz da ONU para a Política Externa Brasileira.

2.4 A participação militar brasileira em Operações de Paz da ONU como instrumento de Política Externa

A Política Externa Brasileira (PEB) é o conjunto de ações por meio das quais o Brasil se insere no sistema internacional, mediante o estabelecimento de estratégias para o alcance dos objetivos nacionais, com papel preponderante do Estado neste processo. Devido à complexidade e à transversalidade de temas, diversos elementos interagem nas atividades que compõem a escopo da PEB, contribuindo e influenciando as ações governamentais, como diplomatas, empresários, militares, políticos, organismos internacionais e organizações não-governamentais (OLIVEIRA, 2005).

O histórico da PEB, especialmente no a partir da década de 70, revela uma política voltada para a busca de uma maior autonomia e independência nas decisões, tanto nos planos regional quanto global (OLIVEIRA, 2005, p. 10). No passado recente, contudo, abriu-se uma perspectiva de reforço ao multilateralismo que, no campo de estudos da Segurança Internacional, não foi diferente. Conforme já abordado, o Brasil é membro fundador e contribui com a participação militar em Operações de Paz desde o início destas atividades sob a égide da ONU.

No contexto da Guerra Fria, embora tenha apresentado um alinhamento ideológico

mais voltado aos EUA, a PEB procurou manter distanciamento das tensões provocadas pela bipolaridade reinante no mundo e estabelecer o reforço à cooperação internacional, principalmente com a intensificação do processo de globalização. Nas Op Paz, contribuiu para o monitoramento do cessar-fogo no Canal do Suez e com o envio de observadores militares e integrantes de Estado-Maior. Uma participação tímida quando comparada às atuações mais recentes.

Exemplo da característica independente da atuação da PEB foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em 1986. O bloco, composto por Brasil, Argentina, Uruguai e outros 21 países da África ocidental banhados pelo Oceano Atlântico, visava, sobretudo, diminuir as interferências de potências extrarregionais na área, além de possuir objetivos secundários de promover o comércio, o desenvolvimento científico e tecnológico (sobretudo em termos de equipamentos e pesquisas marítimas), a segurança do fluxo de embarcações e do meio ambiente e os direitos humanos. Insta salientar que a ZOPACAS contrapunha-se à tentativa de criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (de iniciativa dos EUA) e ao anterior Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), visto com desconfiança após o alinhamento dos EUA com o Reino Unido durante a Guerra das Malvinas (CORTINHAS, 2018).

Na mesma direção, o Brasil teve participação importante junto à ONU por ocasião da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1990. Naquela oportunidade, os diplomatas conseguiram contribuir para a aprovação do texto com 124 votos a favor, 1 contrário (dos EUA) e 8 abstenções, permitindo a definição clara dos conceitos de Mar Territorial, de Zona Econômica Exclusiva e de Plataforma Continental (CORTINHAS, 2018), que resultaram na delimitação da jurisdição brasileira sobre a conhecida “Amazônia Azul”.

Com o término da Guerra Fria e com a mudança no perfil das Op Paz, a PEB atuou para aumentar a contribuição brasileira nesse tipo de missão. O Brasil se destacou com o envio de grandes efetivos para Moçambique, Angola e Timor Leste. Ressalta-se que os três países são integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PECEQUILO, 2012), indicando a prioridade dos governos brasileiros para a Cooperação Sul-Sul, especialmente com países da África, integrantes da CPLP e com os futuros integrantes do BRICS (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A partir de 2001, a PEB passou a ter atuação mais ousada no plano internacional.

Na América do Sul, liderou esforços de revitalização do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e para a criação da União das Nações Sul-americanas, blocos regionais multilaterais de estímulo ao desenvolvimento econômico, psicossocial e científico-tecnológico conjunto. Posteriormente, ampliou a sua ligação com países africanos e da CPLP e culminou com a criação do BRICS.

Como visto, portanto, a reboque do desenvolvimento da economia nacional na primeira década do século XXI, o Brasil teve papel relevante em iniciativas de integração regional e internacional. Neste sentido, pleiteou, juntamente com os demais integrantes do G4 (Alemanha, Japão e Índia), uma vaga entre os membros permanentes do CS da ONU.

Paralelamente a esses esforços, ocorreram, conforme anteriormente apresentado, as adaptações do formato das Op Paz da ONU ao contexto da segurança internacional vigente a cada época. Contudo, chegou-se a um impasse brasileiro quanto ao entendimento, ora formado, que residia no termo *Responsability to Protect (R2P)*.

Ocorre que a Constituição Federal brasileira estabelece como princípios fundamentais a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz e a não-intervenção. Justamente por isso, o Brasil estabelecia, como condição *sine qua non* para a sua participação em Op Paz, o consentimento entre as partes. Contudo, o conceito de R2P flexibilizava a não-intervenção, entendendo que, em casos de ausência ou ineficiência do Estado em garantir a sua segurança e os direitos humanos, poder-se-ia realizar uma intervenção da ONU para fazê-la (BIERRENBACH, 2011).

Essa flexibilização atenta contra a soberania de Estados mais frágeis. Obviamente, não só a Constituição Federal era limitadora para o concorde brasileiro ao R2P, mas a preocupação de que, no futuro, esse mesmo entendimento possa ser utilizado para a ação no Brasil, principalmente em áreas mais remotas, como a Amazônia, por algum motivo supostamente justificável de proteção à segurança ambiental ou aos direitos humanos.

Nessa perspectiva, a diplomacia teve voz e trabalhou na construção do conceito de *Responsability While Protecting (RWP)*, que promoveria uma atuação responsável da ONU durante as Op Paz, focada na proteção aos direitos humanos fundamentais. No entanto, a iniciativa não encontrou suporte significativo no plano internacional, e o debate, esvaziado, não prosperou.

Independentemente do insucesso da iniciativa do RWP, observa-se o respaldo obtido pelo Brasil para ter lugar e voz no maior órgão multilateral do mundo para

apresentar soluções diferenciadas a problemas globais que possam afetar a sua própria segurança e para demonstrar o firme compromisso de contribuir para paz e com a ONU.

Ainda na primeira década do século XXI, o Brasil foi, mais uma vez, voz ativa junto à ONU, quando se discutiu o problema de segurança e o desrespeito aos Direitos Humanos no Haiti. À época, o país caribenho enfrentava mais uma de suas crises político-sociais cíclicas, que o assolaram ao longo da história. Intervenções militares externas não haviam sido capazes de apresentar uma solução sustentável.

Foi então que os EUA apresentaram a proposta da realização de uma intervenção mais enérgica da ONU, com respaldo no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O Brasil, contudo, foi contrário à proposta, apresentando, como alternativa, a condução de uma operação mais branda, que respeitasse os princípios soberanos haitianos (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

O Brasil obteve sucesso no debate. Além disso, recebeu, como reconhecimento aos seus históricos esforços pela paz, a oportunidade de chefiar o componente militar multinacional da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), à frente do qual permaneceu de 2004 a 2017 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Para o Ministro da Defesa, a MINUSTAH foi um instrumento importante de política internacional e uma possibilidade de desenvolver um perfil de atuação positiva na América Latina. 9 países da América Latina integraram a MINUSTAH (BRAGA e BIGATÃO, 2018).

Para as relações internacionais do país, a MINUSTAH representa um marco no contexto tradicional na participação brasileira em Op Paz, com a Chefia do Componente Militar, novo status do Poder Nacional, papel protagônico reafirmado e exercício real de poder brando e duro (PECEQUILO, 2012), reconhecido pela comunidade internacional de *Brazilian way of peacekeeping* ou *Brazil soft power* (MENDONÇA, 2017).

No aspecto político-diplomático, o Ministro Norberto Moretti, ex-Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional, destaca que, com as Operações de Paz, o Brasil assume internacionalmente o compromisso em contribuir para a paz, para a segurança e para o desenvolvimento. O modelo adotado de participação, também ratifica os nossos princípios constitucionais de não-intervenção e da busca pela solução pacífica dos conflitos. O *peacekeeper* brasileiro, com o seu modo de ser e de atuar, é um legítimo representante da própria tradição diplomática brasileira, com respeito aos direitos humanos, ao Direito

Internacional Humanitário e atua baseado na legalidade, restringindo-se aos dispositivos reguladores da ONU (MORETTI, 2013).

Posteriormente, o Brasil veio a receber o Comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Também foi cotado para assumir o Comando da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA), mas declinou da proposta, haja vista que os contextos internos de intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e de crise migratória venezuelana estavam exigindo bastantes esforços das Forças Armadas e da PEB.

Também merece destaque o emprego da Engenharia militar e de Policiais militares brasileiros em missões de paz. A primeira abre outra frente de Cooperação Internacional, por meio do desenvolvimento da infraestrutura local paralelamente às ações de apoio às operações. Já os policiais, têm aumentado o seu emprego em missões da ONU, principalmente na fase pós-conflito - de consolidação - para a manutenção do ambiente seguro e estável, conquistado com o emprego anterior das Forças Armadas.

Observa-se, portanto, que o Brasil teve lugar e voz para debater temas importantes relativos à Segurança Internacional junto à ONU, obtidos por meio dos seus esforços para a promoção da paz mundial (financiamento, participação militar previamente estabelecida, participação no sistema de pronto-emprego e nos debates em assuntos relevantes, predisposição ao diálogo e à apresentação de propostas, liderança regional, imparcialidade e promoção aos direitos humanos).

Estas participações se relacionam aos interesses geopolíticos e estratégicos da nação e caracterizam o desenvolvimento de um *relational power* necessário para manter papel de protagonista no âmbito regional, combinando o desenvolvimento de capacidades militares (incremento no *hard power*) e de negociação em fóruns multilaterais (*soft power*) (CORTINHAS, 2018).

Em síntese, a participação militar proporciona, como ferramentas para a Política Externa Brasileira: (a) desenvolvimento das expressões política e militar do Poder Nacional; (b) reforço ao Multilateralismo; (c) ampliação da capacidade de defesa de interesses geoestratégicos em fóruns multilaterais; (d) projeção internacional como líder regional; e, por fim, (e) desenvolvimento do *Relational power*.

3 CONCLUSÃO

A evolução dos conflitos no mundo, especialmente nos séculos XX e XXI, levou a análises profundas acerca da temática de Segurança e das consequências para as Relações Internacionais. Diversos especialistas no assunto desenvolveram teorias que procuraram explicar, cada uma à sua época, como as disputas e o equilíbrio de poder se realizavam.

Observou-se que, independentemente da linha adotada para se pesquisar esses fenômenos, a consequência prática era a de que, com o atual estado de globalização, fosse o conflito interestatal ou intraestatal, a Segurança Internacional seria impactada. Assim sendo, cresceu de importância o estabelecimento de um Sistema de Governança Global para a Segurança.

Neste estudo, analisamos o sistema de governança global centrado na ONU, maior organismo internacional multilateral do mundo, com 193 Estados-membros, que, para tratar dessa temática, vale-se do seu Conselho de Segurança, possuidor de 15 membros (5 permanentes e 10 temporários).

O CS é o responsável por garantir a paz e a segurança internacionais. Para tanto, reúne-se, em qualquer tempo, para discutir assuntos e para implementar ações combinadas para a manutenção da estabilidade mundial. Uma das ferramentas da qual se vale é a utilização das Operações de Paz.

As Op Paz sob a égide da ONU evoluíram, quanto ao seu *modus operandi*, ao longo da sua existência. Inicialmente, no contexto da Guerra Fria, teve atuação tímida, com o monitoramento de acordos de paz e de cessar-fogo e promovendo o diálogo entre partes beligerantes. Evoluiu, depois, para a utilização de numerosos efetivos militares, buscando o estabelecimento de ambiente seguro em zonas de conflito. Posteriormente, ampliou o seu escopo para operações multidimensionais, com esforços humanitários, de desenvolvimento psicossocial, político e econômico. Por fim, chegou à fase atual, na qual permite, inclusive, a imposição da paz, diante de notórias violações à segurança e aos direitos humanos, combinadas com a ausência ou da ação com pouca efetividade do Estado.

Embora possua desafios para a melhoria dos seus processos, as Op Paz sob a égide da ONU têm se mostrado instrumento efetivo e procurado evoluir para fazer frente às complexas demandas atuais, por meio da criação de instituições e mecanismos de fiscalização e coordenação das suas ações.

Nessa perspectiva, o Brasil tem contribuído com financiamento e participação militar nas Op Paz desde a década de 1950. De lá pra cá, foram mais de 50 participações e um efetivo total de mais 50 mil militares destacados para essas missões. Após relevantes atuações em Moçambique, Angola e Timor Leste, o país foi contemplado com a oportunidade de comandar o componente militar multinacional em 3 oportunidades: Haiti, Líbano e República Democrática do Congo.

Com essa contribuição, incrementou significativamente as expressões política e militar do Poder Nacional. Reconhecido internacionalmente pelos seus esforços, conseguiu ampliar a participação militar para o campo da Política Externa Brasileira, que se valeu desse sucesso para estabelecer objetivos e traçar estratégias para a atuação internacional.

O Brasil teve, então, relevante destaque no plano internacional nas seguintes oportunidades: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Estabelecimento da MINUSTAH e discussões acerca do RWP. Além disso, seu protagonismo na ONU possibilitou acordos paralelos em outros arranjos multilaterais, principalmente com o incremento da Cooperação Sul-Sul (ZOPACAS, MERCOSUL, BRICS, IBAS, CPLP entre outros).

Ressalta-se que a participação militar brasileira em Operações de Paz atende aos princípios constitucionais e consta na Política Nacional de Defesa como Objetivo Nacional de Defesa. Também o são: o aumento da projeção de poder internacional, a cooperação para a estabilidade regional e a participação nos principais fóruns de decisão multilaterais. Os Planos Estratégicos da Marinha, do Exército e da Força Área Brasileira estabelecem diretrizes no mesmo sentido.

A participação nos principais fóruns de decisão multilateral deverá ter relevância cada vez maior para o Brasil, principalmente para que se alcancem os seus objetivos geoestratégicos de proteção das suas riquezas, sobretudo da Amazônia e da chamada “Amazônia Azul”, zona marítima sob jurisdição brasileira.

O aumento da projeção internacional também deve contribuir para o aumento do *relational power* brasileiro, conferindo-lhe capacidade de influenciar países a votarem favoravelmente a seus interesses e a construir soluções conjuntas. Poderá permitir, ainda, uma vez levada adiante a proposta de reformulação do CS da ONU, que o país se apresente como um representante do Sul global como membro permanente, fazendo com que mude a suas capacidades atuação no escopo da Segurança Internacional de patamar.

Conclui-se, assim, que a participação militar brasileira em Operações de Paz, tem se mostrado um instrumento da Política Externa Brasileira, à medida que insere o Brasil nos principais fóruns de decisão, amplia e projeta o seu poder e incrementa o seu *relational power*. Como consequência, apresenta o Brasil como líder regional e o viabiliza pleitear um assento permanente no CS da ONU, possibilitando a defesa dos seus interesses geoestratégicos necessários para a manutenção da segurança nacional.

REFERÊNCIAS

BIERRENBACH, A. M. **O conceito de Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário**. Brasília: FUNAG, 2011.

BRAGA, C. D. M.; BIGATÃO, J. D. P. Operações de Manutenção da Paz: peacekeeping. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa nacional, 1988.

CARDOSO, N. C. F. Dilema de Segurança. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

CERVO, A. L. O final do Século XX e início do Século XXI: dificuldades para a construção de uma ordem global. In: SARAIVA, J. F. S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORTINHAS, J. D. S. Brazil and the construction of its power to defend the South Atlantic. In: DUARTE, É.; BARROS, M. C. D. **Navies and maritime policies in the South Atlantic**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Operações de Paz**. 3ª. ed. Brasília: EGGCF, 2017.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília: EGGCF, 2019.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica**. Brasília: Estado-Maior da Aeronáutica, 2010.

FRIEDE, R. Guerra assimétrica reversa. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 26, 2º Semestre 2011. ISSN 56.

IPEA. Geopolítica. In: MARCIAL, E. C. **Megatendências mundiais 2030**. Brasília: Ipea, 2015. Cap. 2, p. 175.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. 3ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018.

JATOBÁ, D. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACK, A. Conflicts and Security. In: ACHARYA, A. **Why Govern? Rethinking Demand and Progress in Global Governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MARINHA DO BRASIL. **Política Naval**. Brasília: Marinha do Brasil, 2019.

MATIJASCIC, V. B. Responsabilidade de proteger. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp, 2018.

MENDONÇA, M. V. Brasil no Haiti: um caso de sucesso. In: HAMMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretriz de Defesa para a Área Internacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de Operações de Paz**. Brasília: EGGCF, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Missões de Paz. **Ministério da Defesa**, 2020. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>>. Acesso em: 15 Fev 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. O Brasil na MINUSTAH. **Ministério da Defesa**, 2020. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/8344-o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 15 Fev 2020.

OLIVEIRA, H. A. D. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: [s.n.]. 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **História da ONU**, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: 25 Abril 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Peacekeeping**, 2020. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrifice>>. Acesso em: 25 Abril 2020.

PECEQUILO, C. S. **Política Internacional**. 2ª. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

PINHEIRO, Á. D. S. O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular. **PADECEME**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, Out-Dez 2007.

THUDIUM, G. P. S.; OTAVIO, A. Conselho de Segurança das Nações Unidas. In: SAINT-PIERRE, L. H.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp, 2018.

UNIDAS, O. D. N. Organização das Nações Unidas. **História da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: 25 Abril 2020.

UOL. Conflitos do século XX mataram 3 vezes mais que o resto da história. **UOL**, Nova York, 2005. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/09/07/ult1808u48520.jhtm>>. Acesso em: 25 Abril 2020.

VILLA, R. D.; BRAGA, C. D. M. Segurança Internacional. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.